

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.131 - MG (2019/0355231-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : A C DA S (PRESO)
ADVOGADO : KARLHEY CRISTINA FERREIRA HONORATO - MG193527
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A C DA S contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.133258-4/000.

Noticiam os autos que o recorrente teve decretada prisão temporária em seu desfavor nos autos da medida cautelar inominada n. 0018112-22.2019.8.13.0193, após representação da autoridade policial *"sob alegações de que denúncias anônimas informaram que o requerente estaria envolvido com o crime de homicídio ocorrido contra C. O. da S., no dia 15 de setembro de 2019, por volta das 18hs e 40 min"* (e-STJ fl. 207).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da sua prisão temporária, não se mostrando a medida imprescindível para as investigações, *"tendo em vista que em momento nenhum o nome do requerente foi citado nos depoimentos presentes no inquérito policial e o mesmo não se nega a prestar declarações sobre o ocorrido, e nem tampouco se furtou de prestar qualquer informação"* (e-STJ fl. 208).

Aduz não possuir qualquer envolvimento com o referido fato criminoso, destacando não existir *"sequer um indício de que o requerente tentou ou mesmo que pretendia interferir nas investigações policiais"*, as quais, inclusive, afirma já terem sido encerradas (e-STJ fl. 210).

Assevera, ainda, não haver sido demonstrado, com base em elementos concretos, a existência de risco de fuga do distrito da culpa caso a medida constritiva seja revogada.

Realça possuir residência fixa, *"sendo este o local onde poderá ser localizado quando o for observado por este douto Juízo a sagrada garantia constitucional da presunção de inocência"* (e-STJ fl. 218).

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que, na hipótese, as medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP seriam suficientes.

Requer, liminarmente e no mérito, *"a revogação das prisões temporária e preventiva decretadas contra o requerente com o consequente recolhimento dos mandados de prisão, a fim de que possa aguardar em LIBERDADE"* o trâmite processual ou, subsidiariamente, postula pela aplicação das *"medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 220).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 193-195):

Ao que consta dos autos, o paciente teve sua prisão temporária decretada em 19/09/2019 pelo juízo de origem em virtude de seu suposto envolvimento com crime de homicídio, constando da decisão que impôs sua constrição o que se segue:

'(...)

No tocante ao pedido de prisão temporária, verifica-se que esta tem lugar quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, ou mesmo quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, da autoria ou participação do indiciado no crime que o que está sendo investigado nos autos (art. 1º, inciso I, II, III, alínea „a? da Lei nº 7.960/89).

Pela documentação carreada, constato que há prova da materialidade e indícios suficientes do envolvimento do representado Aleff Cardoso da Silva na empreitada criminosa tipificada no art. 121 do Código Penal.

Consta na representação da autoridade policial que há fundadas razões da participação do suspeito nos crimes de tráfico de drogas e de homicídio, e que em razão da ausência de sua localização se mostra necessário a decretação de sua prisão temporária para fins de elucidação dos fatos.

A atividade delituosa desenvolvida de maneira reiterada e habitual, tal como no delito de roubo, justifica a segregação provisória como forma de se garantir a ordem pública, sobretudo, visando a cessação imediata da prática criminosa, com desvinculação e desarticulação dos envolvidos, o que impede, a curto prazo, a retomada da prática criminosa, enfraquecendo suas ligações e, por fim, desestimulando a prática de novos crimes.

Deste modo, há elementos concretos que permitem concluir que a custódia cautelar do representado

seja, neste momento, necessária para fins de apurar sua participação, colaboração, ou mesmo, qualquer envolvimento com os crimes de tráfico de drogas e de homicídio.

Saliento que não há qualquer incompatibilidade entre a segregação cautelar e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da presunção de inocência, que veda, em verdade, a antecipação dos efeitos da sentença, não produzindo interferência alguma em sede de análise de necessidade da manutenção da prisão preventiva.

(...) Dito isso, verifica-se claramente que, in casu, a prisão cautelar é medida que se impõe, diante das fundadas razões de participação do representado nos crimes de tráfico de drogas e homicídio (art. 1º, inciso III, alínea 'a' da Lei nº 7.960/89). (...)” (doc. nº 18)

Dito isto, é inquestionável que a prisão temporária do paciente revela-se imprescindível para a instrução do inquérito, mormente ao se considerar que, conforme delineado pelo juízo primevo, Aleff se encontra em local incerto, mesmo após ter requerido a revogação da prisão temporária informando suposto endereço ao Magistrado de Primeira Instância (doc. nº 19).

[...]

Dessa forma, não há que se falar em ausência de fundamentação na decisão que decretou a medida temporária, a qual delineou com precisão e com a devida clareza as razões de fato e de direito que lastrearam seu convencimento, valendo destacar a gravidade dos crimes investigados, quais sejam, homicídio consumado e tráfico de drogas, assim como a possibilidade de óbice à apuração dos fatos.

Ressalta-se que a prisão temporária tem natureza eminentemente cautelar, não havendo necessidade da mais plena certeza para sua decretação.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator